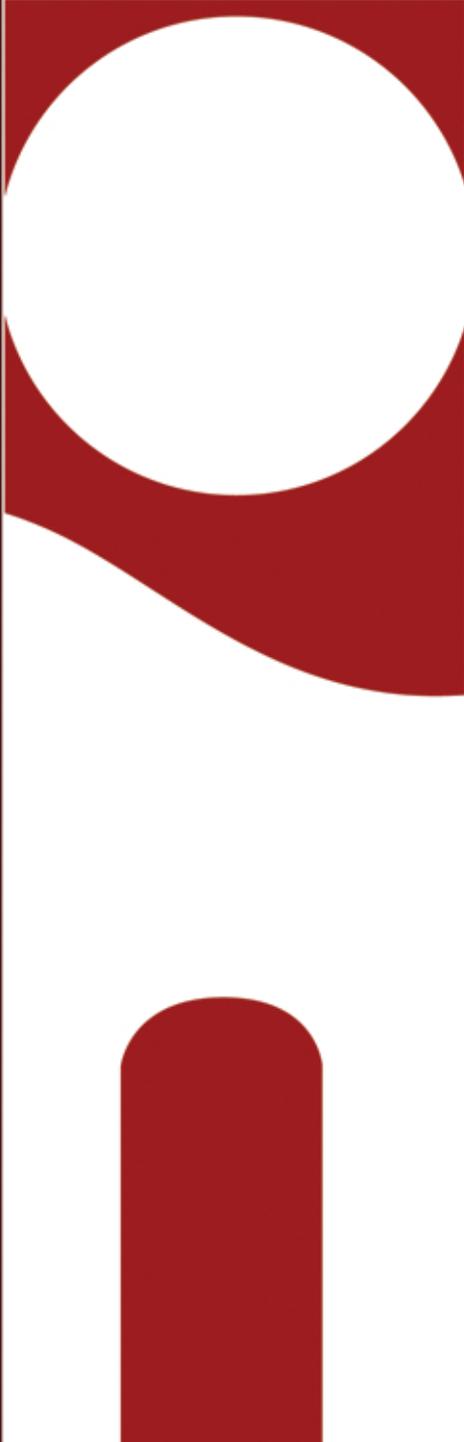


ANO 40-3, 2006

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



revista portuguesa de
pedagogia

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
NOVAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER

Introdução

João Boavida & Carlos Barreira

Este número temático da *Revista Portuguesa de Pedagogia* intitulado *Avaliação Educacional - novas formas de ensinar e aprender*, cuja pertinência e actualidade desde já se assinala, revela bem a evolução que, em termos teóricos e práticos, a avaliação tem sofrido, o vasto campo de investigação que se tem revelado e o grande poder formativo que encerra. Deste potencial formativo têm sobretudo os investigadores vindo a dar-se conta, e não tanto, talvez, e como seria desejável, os professores, que têm que o explorar. Vários trabalhos neste número o verificam: é o caso dos artigos de Leonor Santos e Anabela Gomes, "Apropriação de critérios de avaliação: um estudo com alunos do 7º ano de escolaridade", o de Jorge Pinto, "A avaliação na comunicação entre a escola e a família: uma informação administrativa ou uma informação potencialmente formativa?" o de Carlos Alberto Ferreira, "A avaliação formativa vivida pelos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico", e ainda o artigo de Carlos Barreira, João Boavida e Nuno Araújo, "Avaliação formativa - novas formas de ensinar e aprender", cujo título, pelo desejo que traduz e a convicção que revela nas virtualidades das novas formas de avaliação, se decidiu adoptar como subtítulo deste número monográfico.

Por outro lado, as possibilidades de a avaliação vir a ser objectiva e capaz de traduzir, com rigor, o que o aluno conseguiu aprender, tornando-se mais fidedigna e válida, apesar das limitações intrínsecas à sua natureza, não têm parado de crescer, do mesmo modo que têm sido apresentados novos instrumentos e experiências na procura de uma eficácia cada vez maior e de uma capacidade crescente de captar aspectos particulares a avaliar. De tal modo, que muitas das dúvidas e das descrenças nas possibilidades de avaliar e classificar com objectividade, tão desenvolvidas e demonstradas no chamado período da docimologia negativa, têm vindo a perder razão de ser. Os artigos de Jean Marie De ketele, "Caminhos para a avaliação de competências", de Alcino Ferreira da Silva, "Controlo do aluno e avaliação no Ensino a Distância (EAD) - a experiência do Centro Naval de Ensino a Distância (CNED)" e ainda o de Mathis Behrens, "Reflexões sobre a síndrome do portefólio", são exemplos não só da preocupação dos investigadores em encontrar novas modalidades para a solução do velho problema de avaliar objectivamente, mas também a demonstração do dinamismo deste domínio da avaliação e

das suas possibilidades, ainda em desenvolvimento. Evolução que, todavia, não pode deixar de ser constantemente verificada e controlada pela própria investigação, porque, em avaliação, é fácil afastarmo-nos dos objectivos sem disso nos darmos conta, e pensarmos estar a avaliar determinadas competências quando, afinal, estamos a incidir sobre aspectos laterais, produzindo erros por vezes grosseiros. Veja-se o artigo “Resultados das provas de aferição e dos exames de Matemática e de Português do 9º ano – que conclusões tirar”, de Carlos Pereira da Silva, Luísa Araújo e Margarida Graça.

Todavia, a avaliação educacional continua a ser um campo não só atravessado por fantasias e rituais, como nos dá conta o artigo de João Barbosa e Anabela Neves, “Fantasmas, mitos e ritos da avaliação das aprendizagens”, como um campo minado por objectivos e intenções que vão para além da restrita função pedagógica de avaliar e classificar objectivamente, para passarem ao campo das implicações sociais, económicas e políticas, que também não têm parado de crescer. Os artigos de Maria Palmira Alves e Isaque Tomé, “Os *rankings* das escolas secundárias em Portugal: da(s) intencionalidade(s) política(s) à representação nos professores”, e o de José Augusto Pacheco, “A avaliação das aprendizagens: para além dos resultados”, vêm chamar a atenção para esta dimensão social, económica e, portanto, política, que a avaliação sempre tem, e para o perigo de, nesta linha, vir a extravasar dos seus legítimos domínios, tornando-se, em muitos casos, um factor de reforço das desigualdades sociais, que a escola reflecte mas que não devia reflectir, a este nível e desta maneira. Não que os chamados *rankings* de escolas não possam ter a sua utilidade e não funcionem eventualmente como um estímulo à qualidade, mas modos mais perfeitos e justos existem para avaliar, com a possível objectividade, as escolas, sem correr o perigo de eliminar a avaliação formativa, cujo potencial de promoção e desenvolvimento generalizado é crescentemente assinalado tanto pelos investigadores, como pelo próprio poder político, como se atesta em muitos documentos oficiais, desde 1992, com o Despacho 98/A, de 20 de Junho, que atribui, pela primeira vez, à avaliação formativa, uma função específica e determinante.

Defrontamo-nos, pois, e nem toda a gente estará consciente disto, com duas lógicas diferentes em termos de avaliação, dois mundos possíveis, que estabelecem uma fractura tanto no campo pedagógico e educativo como no campo social. Fracturas que talvez sejam evitáveis, e que, portanto, competirá aos agentes educativos conciliar e potenciar, na medida do possível. Ou seja, o grande desafio posto pela avaliação aos pedagogos, educadores e investigadores educacionais é hoje, e face à necessidade e utilidade de cada uma das formas de avaliação, o de tentar aproximar e não afastar, potenciar mutuamente e não tornar inconciliáveis, como necessariamente acontece quando se escolhe uma em detrimento da outra, e não se dá às duas modalidades de avaliação a mesma oportunidade de demonstrar as suas potencialidades educativas.

Assim se desaproveitam muitas vezes possibilidades da avaliação com implicações formativas, e portanto, sociais da maior importância.

Se em termos sociais e económicos acaba por se justificar o princípio hierarquizador e selectivo da avaliação sumativa, tentando encontrar os melhores numa lógica de excelência de que agora se fala muito, e que é necessário à dinâmica do progresso e à competitividade dos países, não é menos verdade que a prática generalizada de uma avaliação formativa, que seja capaz de explorar todas as suas possibilidades, não tem menos implicações sociais positivas. A sua capacidade de recuperação de grande número de alunos, que as pequenas dificuldades de aprendizagem vão deixando pelo caminho e excluindo do sistema educativo, ou que vão deixando com falhas de formação e prejuízos pessoais e sociais, obriga-nos a encará-la como um instrumento formativo da maior importância, e, portanto, como uma forma de avaliação que terá que ocupar um lugar central em todos os níveis do sistema educativo, mas principalmente no Ensino Básico.

Assim, se devemos aceitar, como contributos positivos, os progressos que tem tido a avaliação sumativa, evitando a lógica algo inútil da sua desvalorização, não podemos exacerbar, no entanto, as suas capacidades de avaliar com objectividade conhecimentos e, sobretudo, competências. Se tivermos só em conta esta modalidade de avaliação, corremos o risco de cometer faltas graves. A frequência com que são detectados erros nas provas de avaliação sumativa externa (exames) obriga-nos, se quisermos que elas sejam o mais possível fidedignas e válidas, a ter o maior cuidado na sua elaboração, seguindo os princípios e as regras já estabelecidas pela docimologia.

Por outro lado, a avaliação formativa, cuja evolução conceptual tem sido contínua, não pode reduzir-se a uma avaliação pontual e acabar por ter uma lógica essencialmente sumativa. Reduzindo, assim, as suas enormes potencialidades formativas, tais como a observação do aluno para o diagnóstico de necessidades, a auto-avaliação, a reflexão que professor e aluno fazem sobre o ensino e a aprendizagem, e até a regulação que permite aperfeiçoamentos a estes mesmos processos. Além de todos estes aspectos, que são essenciais, ela pode funcionar ainda como uma boa preparação para a avaliação sumativa, interna ou externa. O desenvolvimento teórico que a avaliação tem sofrido vai ainda no sentido de tentar conciliar a objectividade da avaliação externa, necessária para a sociedade mas algo limitativa e redutora, com formas subjectivas de avaliação, a que certamente falta objectividade, mas que podem sinalizar aspectos pessoais da evolução, com benefícios em vários domínios da formação.

De qualquer modo, a grande questão que hoje se coloca na avaliação pedagógica é saber para que serve, e quais os seus verdadeiros objectivos. Porque, efectivamente, ela pode servir para duas coisas diametralmente opostas – selecção dos melhores e

hierarquização social, e (ou) promoção e qualificação generalizada. Ou ainda as duas coisas, se forem respeitados os modos (de fazer) e os tempos (de intervenção) mais correctos e adequados. Há, pois, questões técnicas na problemática da avaliação, ao lado de questões sociais da maior importância. Devemos, pois, estar conscientes das implicações sociais e culturais que cada uma das avaliações pode ter, a médio e a longo prazo, e chamar a atenção para estes problemas, numa óptica prospectiva e no sentido de dar condições aos políticos, porque a questão passa por decisões importantes e com consequências no futuro.

Por outro lado, e como já demos a entender, estas duas modalidades, que uma perspectiva crítica tem tendência a separar, são conciliáveis numa visão mais global e desde que convenientemente preparadas e aplicadas. A avaliação formativa, se bem utilizada, repercute-se necessariamente nos resultados da avaliação sumativa, sendo, pois, um factor de progresso para todos, bons e maus alunos; e a avaliação sumativa não deixa de estabelecer patamares objectivos que podem ser factores de eficácia na melhoria da avaliação formativa. Ou seja, a utilização adequada das duas formas de avaliação possibilita a promoção generalizada de todos, sem prejudicar a seriação que a realidade social e administrativa exige através da visibilidade numérica dos resultados.

A ligação muito próxima da avaliação às questões administrativas e organizacionais, e as suas implicações sociais e económicas, como já referimos, muitas vezes vistas como forma de reforço das desigualdades sociais, criaram, em certas épocas, inúmeros artigos e opiniões tentando promover a sua despromoção e o seu descrédito, por alegada impossibilidade de objectividade científica. Como se sabe, pode encontrar-se este discurso não só nos que têm sobre ele uma perspectiva sociológica, mas também entre os que opinam sobre educação e até entre os seus agentes, os professores. Tal discurso tende a ignorar a fundamentação de teor científico oriunda dos vários domínios, e o actual contributo das denominadas neurociências, que permitem legitimar não só a investigação em avaliação, na continuidade, aliás, da investigação docimológica, mas também as próprias Ciências da Educação.

Como é óbvio que a sociedade dos nossos dias não pode dispensar a avaliação educacional, o único caminho legítimo é capacitá-la com todos os seus recursos, para o cumprimento das tarefas que se lhe exigem, explorando todas as suas possibilidades educativas. Sobre este aspecto, é interessante verificar a progressão da investigação no domínio da avaliação, que passou de um conceito de classificação para uma ideia de formação, e da participação do aluno como função formativa, para uma metodologia pedagógica. Em suma, há uma evolução nas perspectivas da avaliação, desde aquela que a limita a uma medida dos conhecimentos, passando para a avaliação de regulação,

em função dos objectivos definidos, depois, para uma avaliação onde a participação dos alunos é considerada essencial, até, finalmente, uma avaliação a que poderemos chamar ecológica, que, para além do aluno e do professor, tem em conta vários contextos educativos que se reconhece, cada vez mais, serem determinantes. Vários trabalhos aqui publicados reflectem e dão conta desta evolução.

Os dois últimos artigos deste número monográfico são bem ilustrativos do que acaba de se dizer. No artigo de Gérard Figari, refere-se o contributo da literatura francófona para a investigação sobre a avaliação educativa; finalmente Domingos Fernandes apresenta um importante artigo intitulado “Vinte anos de avaliação das aprendizagens: uma síntese dos artigos publicados em Portugal” de 1985 a 2005, dando-nos um quadro, em boa medida surpreendente pela quantidade, variedade e até alguma originalidade do que, sobre o tema, em vinte anos se publicou em Portugal.